



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

LUTAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS: contribuições aos debates contemporâneos

MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES ¹
HAYDA ALVES ²
RUTE RAMOS DA SILVA COSTA ³
THAMIRES MEIRELLES ⁴
MARCELLE DE SOUZA SANTOS ⁵

RESUMO

O presente artigo traz reflexões a partir de uma pesquisa em curso sobre práticas cotidianas de lutas, resistências e organização de mulheres quilombolas. Nos apoiamos no referencial de Lélia González (2018) sobre consciência e memória como aporte teórico-metodológico, com o objetivo de entender como tais práticas se inserem no contexto das lutas feministas, antissexista e anticapitalista da contemporaneidade. Discutimos como as dinâmicas de organização de territórios e seus movimentos refletem insurgências, lutas e resistências contra processos de opressão e exploração advindos da colonização capitalista moderna, que articula e se fortalece a partir do racismo, sexismo e apropriação do trabalho explorado.

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense
 - 2 Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Fluminense
 - 3 Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Do Rio De Janeiro
 - 4 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro
 - 5 Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense
-

Palavras-Chave: Memória. Resistência. Lutas. Mulheres. Quilombos.

ABSTRACT

This article brings reflections from ongoing research on daily practices of struggles, resistance, and organization of "quilombola" women (marron women's community). We rely on the reference of Lélia González (2018) on consciousness and memory as theoretical and methodological support to understand how such practices are inserted in the context of feminist, anti-sexist, and anti-capitalist struggles in contemporary times. We discuss how the dynamics of organizing territories and their movements reflect insurgencies, struggles, and resistance against processes of oppression and exploitation arising from modern capitalist colonization, which articulates and strengthens itself from racism, sexism, and appropriation of exploited labor.

Keywords: Memory. Resistance. Struggles. Women. Quilombo.

1. INTRODUÇÃO

Elas foram forçadas a cruzar o Atlântico de forma violenta, desumanizadora. Viveram a experiência de terem sido massacradas na identidade, coisificadas, confundidas em suas perspectivas, submetidas a violências absurdas, silenciadas em suas dores e alegrias, compelidas a expectativas alienantes, subjugadas (SOUZA, 2021). Mas elas nunca se curvaram aos riscos de rasgar a história, reconstruir, recriar potencialidades. Como reverência à força e a sabedoria das mulheres contra a escravização, a colonização e seus rebatimentos desde a diáspora africana transatlântica, reafirmamos nosso compromisso com a ancestralidade ao postergar memórias e aprendizagens na chamada contemporaneidade. Hoje são mulheres negras, quilombolas, indígenas, periféricas, ribeirinhas, erveiras, curandeiras que fazem ecoar histórias, memórias individuais e coletivas que resistem e alimentam formas diversas de (re)existências (SOARES, 2021), as quais precisam ser visibilizadas, discutidas, ouvidas nos espaços de formação profissional, política e de produção de conhecimentos. Neste caminho, buscamos estudar e refletir sobre a história, lutas e resistências de mulheres quilombolas como prática cotidiana e insurgente.

Estas lutas de ontem e de hoje são parte estrutural da formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, mas foram secundarizadas, invisibilizadas ou, simplesmente, não reconhecidas nas abordagens históricas, mesmo nas críticas. Foram, fundamentalmente, mulheres negras: como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Sueli Carneiro e tantas outras que persistiram e reafirmaram a importância de que estas memórias de lutas viessem à tona para descortinar uma história que a oficialidade euro-colonial moderna insistia e insiste em esconder. Nos últimos anos, o debate sobre a luta e resistência quilombola, com o protagonismo de mulheres tem sido registrado, sobretudo, por intelectuais negras e quilombolas que reafirmam seus lugares de sujeitos da história e não mais objetos de estudos ou temas acadêmicos.

Atualmente existem mais de 6.000 quilombos no Brasil, segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Conaq (2018). Os quilombos representaram a principal oposição ao sistema escravista (MOURA, 1993) e por outro lado, a possibilidade real de vida em liberdade para milhares de homens, mulheres e crianças que conseguiam, através da organização coletiva ou da ação individual fugir da escravidão colonial. As lutas quilombolas para Clóvis Moura (1993), materializavam, nos territórios colonizados onde houve escravidão negra, o verdadeiro antagonismo das lutas de classes. Foram nos quilombos, em grande parte, que se garantiram a sobrevivência material e

simbólica da cultura e das práticas produtivas que tiveram origem no continente africano. Portanto, sem as resistências quilombolas, práticas de produção e reprodução que comportam elementos anticapitalistas, formas de existência e modos de vida contra coloniais não teriam sobrevivido à forma predatória de expansão do capitalismo no Brasil (SOARES, 2020).

Apesar dessa importância histórica, os quilombos não fazem parte, com a devida relevância, do escopo de estudos, pesquisa e extensão do Serviço Social (SOARES, 2020). Consideramos que os territórios quilombolas portam modos de vida, organização e cultura que podem não só contribuir com o entendimento e apreensão crítica da realidade brasileira, a partir de uma perspectiva dos sujeitos insurgentes (e não apenas de processos históricos, carentes de sujeitos), como também, nos ensinar sobre caminhos possíveis e viáveis para a construção de uma sociedade emancipada, pautada nos comuns (FEDERICI, 2022) e na produção e reprodução da vida de uma forma não mercantil (ibidem).

Esta síntese sucinta da Pesquisa em curso, *“Práticas insurgentes coletivas: lutas, resistências e organização de mulheres em territórios quilombolas”* apresenta uma proposta que busca interagir, conhecer, escutar e aprender com práticas de mulheres quilombolas, do passado e da contemporaneidade. Assim, busca-se compreender como essas sujeitas foram fundamentais para a sobrevivência e resistência dos quilombos e como, atualmente, tecem as tramas da resistência no e pelo território (SOARES, 2021; ALMERIDA, 2022). As práticas desenvolvidas são múltiplas e, nem sempre podem ser apreendidas pelo que é tradicionalmente considerado como prática, teoria e luta feminista. Deste modo, entendemos que para compreendê-las em suas particularidades e potências precisamos descolonizar nossa perspectiva epistêmica de análise, sem deixarmos de ser críticas e radicais, mas nos opondo aos enquadramentos empobrecedores da dinâmica do real que atuam como castradores das potencialidades reais que estão presente nas formas particulares de resistências.

Esta não é uma proposta que se inicia aqui, ela é resultado de uma inserção de mais de 10 anos em territórios quilombolas via pesquisa e extensão, que sucederam em um longo percurso de aprofundamento nos estudos sobre os quilombos no Brasil a partir de sua história, resistência e lutas. Durante esse período, algumas formas de chegar aos quilombos, dialogar, escutar, foram reformuladas, abandonadas e ressignificadas em uma perspectiva dialógica, a qual através da valorização dos sujeitos, da troca de saberes e da escuta qualificada conflui para que fosse incorporado à metodologia de pesquisa o que está proposto no que Lélia González (2018) chamou de “dialética entre consciência e memória”.

Lélia Gonzalez ao discorrer sobre a dialética entre consciência e memória, buscava apresentar pressupostos de que a memória presente em determinados territórios, sujeitos, saberes e cosmovisões possui uma dimensão histórica, comportando os elementos que a consciência eurocêntrica através da “História Oficial” manteve apagados. Nesse sentido, a memória como um componente vivo e materializado em práticas de resistência na diáspora, tenciona, rompe, ressignifica e insurge contrariando o que o discurso da consciência legitimou como “recalque histórico”. A estratégia moderna escamoteada por trás da consciência dita “universal” (porém eurocêntrica, colonialista e imperialista) fundiu-se por meio do encobrimento, da alienação e da produção de ciência em detrimento de outros saberes, tornando o apagamento histórico uma ferramenta política para a difusão da universalidade enquanto conhecimento “neuro”. No entanto, a memória é o “não-saber que conhece”, capaz de trazer à tona a partir dos sujeitos uma história não contada nos livros e, a partir disso, faz emergir através de um conjunto de práticas, técnicas e conhecimentos a verdade que historicamente foi situada como ficção/folclorização (GONZALEZ; 2018).

Neste sentido, apesar de Lélia Gonzalez identificar na linguagem o ingrediente principal que compõe o caldo cultural da nossa amefricanidade (ibidem), e, portanto, o fio condutor que interliga os saberes e as tecnologias que contrariam o padrão de apagamento linguístico, epistêmico, social, econômico, político e cultural que historicamente fundamenta as pesquisas e investigações no universo das ciências sociais e humanas, podemos apontar outras expressões socioculturais que fazem emergir a amefricanidade: a religiosidade afro-ameríndia e diversas expressões culturais que confluem em comunidades e territórios com predominância de quilombolas e indígenas são exemplos importantes. A metodologia tratada por Lélia indica na linguagem a possibilidade de transgressão, uma vez que foi por intermédio dela que a memória que fomentava as resistências de negros e negras escravizados transpassou e se efetivou nos quilombos, e em suas mais variadas organizações e práticas coletivas, se fazendo inteiramente presente na forma como as mulheres quilombolas se organizam e constroem coletivamente suas estratégias de luta na contemporaneidade (SOARES, 2020).

É fundamental ressaltar que essas interações informam significativamente o modo particular pelo qual essas sujeitas contribuem para a efetivação de uma perspectiva amefricana e feminista nos tempos atuais. As “resistências silenciosas” (GONZALEZ, 2018) protagonizadas por elas durante a escravização aglutinaram uma teia de significados culturais, religiosos e políticos que foram reelaborados, preservados e aplicados em diferentes períodos da história, agregando força política aos papéis de liderança e

representação desempenhados por elas em seus territórios e comunidades.

Este trabalho se propõe a apresentar algumas reflexões construídas nas etapas iniciais da pesquisa, a partir de leitura coletiva, debates, sistematizações teóricas e idas ao Quilombo da Machadinha (Quissamã-RJ) para atividades específicas organizadas pelos próprios quilombolas.

2. RESISTÊNCIA E LUTA QUILOMBOLA FRENTE A ESCRAVIDÃO

A sociedade escravista no Brasil durou quase 400 anos e deixou como legado uma herança conservadora que em grande parte estrutura as relações sociopolíticas e culturais do Brasil contemporâneo. Mas esta máquina de moer gente, que foi o sistema escravista, teve forte e ferrenha oposição enquanto durou (FIABANI, 2012). Para os que viviam sob um sistema de escravidão, a luta pela liberdade era seu primeiro e principal horizonte, daí a importância que os quilombos tiveram para os negros fugidos e para os que permaneciam escravizados (MOURA, 1993).

A abolição formal da escravidão, mesmo com pouco ou quase nenhum impacto nas condições de reprodução social dos povos escravizados e sem lhes oferecer perspectivas de vida futura, como já está demonstrado por inúmeros pesquisadores (Cf. MOURA, 1992; FIABANI, 2012) representou o acúmulo de diversas forças, não só as de origem econômica como, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo na Europa, mas de cunho político e social, como notado nos processos abolicionistas protagonizados pelos negros, os quais foram representadas, sobretudo, nos quilombos que se espalhavam, desde o século XVI até o final da escravidão, por todo o território nacional. Segundo Moura (1993, p. 13), “À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade”.

Durante o período que perdurou, oficialmente, a sociedade escravista, os quilombos foram a principal forma contestatória da escravização. Por esse motivo, representaram e ainda representam uma importante forma de organização social, política, cultural e territorial do povo negro brasileiro, consolidando-se como uma forma de resistência ao genocídio dos povos escravizados nestas terras (SOARES, 2020). Vale ressaltar que os quilombos e as insurreições não foram as únicas vias de luta e resistência contra a escravidão, mas foram, sem dúvida, as que mais impactaram o sistema colonial. Em relação as formas de resistência Abdias Nascimento apontam que:

Desde o início da escravidão, os africanos confrontaram a instituição, negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda, a forma não violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico tipo de rejeição – o *banzo*. O Africano era afetado por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhes as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente”. (NASCIMENTO, 2017, p. 71).

Os quilombos constituíram a mais eficiente organização do povo negro na diáspora, porque através deles foram construídas e consolidadas estratégias coletivas que tinham como horizonte resgatar ou reelaborar um modo de vida diferente daquele que lhes era imposto pelo modelo escravista de produção e pelo capitalismo nas economias dependentes (SOARES, 2020b). Por intermédio da fuga em busca da liberdade o negro escravizado podia reafirmar sua condição social e humana em contraposição a sua mercantilização e exploração (SOARES, 2020).

Com o fim da escravidão, os quilombos que não foram destruídos foram reorganizados dando lugar a outro tipo de agrupamento que priorizava a luta pela permanência dos recém-libertos em áreas rurais próximas as fazendas onde foram escravizados ou mesmos em áreas do perímetro urbano, como nos indica Andreilino Campos (2007) e Flávio Gomes (2015). Por outro lado, muitas comunidades que têm historicamente uma origem e formação quilombola passaram a acionar esta identidade e exigir seu direito ao território ocupado, tendo nos movimentos negros e quilombolas, importantes sujeitos para o acionamento destes direitos (SOARES, 2020). Desta forma, há quilombos atualmente com distintas origens.

As comunidades quilombolas são reconhecidas como comunidades tradicionais e, de acordo com decreto presidencial nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 (em seu Art. 3º, parágrafo I), são identificados como Povos e Comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que têm formas próprias de organização social e que, para garantir sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, ocupam e usam territórios e recursos naturais, a partir de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Em complemento a esta definição, são considerados como Territórios Tradicionais, segundo o que dispõe os artigos 231 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Decreto 6.040 de 7 de fevereiro, Art. 3º, parágrafo I) “Os espaços necessários a reprodução

cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...).”

Desta forma, uma Comunidade Quilombola não se define somente pelo território que ocupa ou pela relação direta (de ancestralidade) com os negros escravizados no período colonial do Brasil, mas também e, fundamentalmente, pela manutenção de uma cultura específica, de determinada tradição, de um modo de vida particular e pela sua identidade, socialmente construída (SOARES, 2020). Os territórios quilombolas contemporâneos são territórios de disputas, mas, para o quilombola, estes se configuram como espaço habitado (SANTOS, 2005) que lhe confere um elemento identificador essencial, que é de “identidade espacial do grupo com o espaço apropriado – atributo que liga ao sentimento coletivo” — a territorialidade. (CAMPOS, 2007). Assim o território não está dado *a priori*, não em seu sentido social e político, mas é resultado de relações diversas, as quais envolvem: relações sociais, culturais, políticas, que devem ser compreendidas como relações históricas. Essa relação construída entre os sujeitos e seus territórios, nos traz outro elemento importante para apreendermos esta categoria: o território é dinâmico, movente e movido pelos seus sujeitos (SOARES, 2020b).

Na maioria das Comunidades quilombolas, a luta pela demarcação e titulação das terras tem se configurado como a luta primeira. Neste contexto que a Constituição Federal de 1988 incorporou, a partir das mobilizações e demandas apontadas pelo Movimento Negro, como Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 68, o reconhecimento do direito das terras quilombolas aos seus ocupantes. Evidenciando que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, Art. 68, 1988).

Apesar destas conquistas asseguradas em lei, a realidade nos territórios quilombolas ainda é marcada por conflitos, violências e violação de direitos e a legislação está longe de ser concretizada. É no contexto dessas lutas, pelo território, por direitos, políticas públicas e pela sobrevivência que as mulheres quilombolas se reafirmam como protagonistas, porque são elas também, as principais vítimas das violências e diversas formas de violação de direitos que impera no “campo” brasileiro. (SOARES, 2020b).

No enfrentamento a essa violência, na linha de frente e no acúmulo de forças cotidianas que garante a resistência na luta, estão as mulheres. A batalha das quilombolas e sua ação política não é instintiva, porque estão sob ameaça suas vidas, dos seus filhos e dos seus companheiros; como poderíamos supor, é política, mas a política delas comporta afetos, pois, para

elas e dentro da cosmovisão quilombola, o afeto pode ser transgressor e político. (SOARES, 2021, p. 527).

Nesse sentido, entender a força de organização, resistência e luta que os quilombos representaram no Brasil Colônia e que continuaram desempenhando com fim da escravidão mediante a manutenção da perseguição armada contra estes, bem como compreender as estratégias de luta travada pelos quilombolas pela permanência em seus territórios a partir de dinâmicas próprias, pode significar, para as diversas organizações da classe trabalhadora, não só uma referência, mas uma forma de iluminar e justificar a luta presente por emancipação (SOARES, 2020). O alargamento das nossas perspectivas em relação a formas de luta e resistência da classe trabalhadora, precisa contemplar o segmento negro em seus mais diversos modos de denúncia frente a exploração e expropriação de suas comunidades e territórios.

Quando se trata da dinâmica dos quilombos no período colonial, Flavio Santos (2015) indica que a presença das mulheres nos registros que tratam deste período é pouco documentada, o que dá lugar a interpretações de que as mesmas ou não tinham ou tinham pouco protagonismo nestas lutas e na organização dos quilombos. Por outro lado, em alguns estudos específicos sobre a luta de quilombos (como em Palmares, por exemplo) as mulheres aparecem como coadjuvantes de uma resistência masculina. Entretanto, algumas pesquisas e narrativas de mulheres quilombolas que vêm à tona como uma memória coletiva e comunitária dão conta do protagonismo dessas mulheres para a construção de territórios quilombolas, manutenção de saberes e práticas ancestrais (que envolve a utilização de ervas, guarda de sementes, produção de tecnologias sociais, cuidado com a saúde e religiosidade/festas dos quilombos) e o acionamento de uma identidade quilombola (DEALDINA, 2020). Nos propomos, nesta pesquisa, a nos debruçarmos sobre estes estudos.

Lélia Gonzalez, na década de 1980, escreveu uma matéria intitulada “*Mulher negra, essa quilombola*”, no intuito de resgatar tanto o lugar das mulheres negras que lutaram ao lado de homens quilombolas contra o escravismo, quanto para demarcar que metaforicamente todas as mulheres negras, de certa forma, têm uma luta cotidiana e política que se assemelha à luta quilombola (GONZALEZ, 2020a). É com Lélia González também que passamos a uma leitura da mulher negra como a principal responsável pela criação das bases constitutivas do que podemos chamar de cultura negra brasileira e, portanto, carregam consigo os pilares da nossa amefricanidade (GONZALEZ, 2020b).

Na visão dessa intelectual, as mulheres negras são herdeiras dos quilombolas, como foi Dandara e Luísa Mahin, “mas sobretudo da grande massa anônima que na casa-grande ou na senzala, no eito ou nos quilombos, no candomblé ou na umbanda, nos ranchos ou nos afoxés garantiu a sobrevivência de todo um povo enquanto raça e cultura” (GONZALEZ, 2020a, p. 200). A partir da figura histórica da guerreira jamaicana, Nanny, Lélia Gonzalez promoveu uma analogia às mulheres negras brasileiras, descendentes do projeto de emancipação e liberdade construído pelos quilombolas ao longo dos séculos, as quais situam-se no interior dos movimentos contemporâneos de forma crescente, e muitas vezes majoritária, evidenciando também que “as lideranças desses movimentos, em muitos casos, é dela: mulher negra” (ibidem).

Outra importante contribuição para pensarmos a mulher negra como guardiã de saberes e de conhecimento relativos à cultura, a saúde e a religiosidade afro-brasileira é *O Livro da “Saúde das Mulheres Negras”* (2002), organizado por Jurema Werneck, que apresenta debates e resultados de pesquisa sobre o protagonismo das mulheres negras em processos de cuidado à saúde que envolvem conhecimento e saberes afro-brasileiro. Destacamos também pesquisa de mulheres quilombolas que têm sido publicadas nos últimos anos, em especial pelas suas inserções em universidades ou espaços de militância. Destas, citamos o livro *“Mulheres quilombolas: territórios de existências negras feministas”* (2020), organizado por Selma dos Santos Dealdina e “Devir Quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas” (2022) de Mariléia de Almeida, além de inúmeros artigos de estudantes, pesquisadoras e militantes quilombolas.

As pesquisas e projetos de extensão coordenados por nós e com os quais colaboramos junto aos quilombos no Maranhão e Rio de Janeiro, também apresentam elementos em sua dinâmica que nos incentivam a estudar a liderança de mulheres e suas resistências e lutas no e pelo território. Fornecendo subsídios fundamentais para o aprofundamento dos nossos diálogos junto às mulheres negras e quilombolas, em uma perspectiva que agregue visibilidade ao histórico de lutas, estratégias, ações e produções que essas mesmas sujeitas têm enveredado em suas comunidades e atuações políticas.

Compreender as relações que a manutenção dos saberes ancestrais, de práticas religiosas, culturais, políticas, de cuidado e da memória coletiva tem com a organização e fortalecimento político de um quilombo pode nos ajudar a entender o lugar de liderança política de algumas destas mulheres. Promovendo também o alargamento das nossas perspectivas de estudos e pesquisas dentro da universidade, a partir do diálogo horizontal com sujeitos, saberes, técnicas, conhecimentos e estratégias políticas historicamente

invisibilizadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para subsidiar a Pesquisa “*Práticas insurgentes coletivas: lutas, resistências e organização de mulheres em territórios quilombolas*” e a elaboração deste artigo tivemos como referencial metodológico a pesquisa-ação participativa ou pesquisa participante (BRANDÃO, 2002) articulada a proposta de Lélia Gonzalez (2018) sobre dialética entre consciência e memória como um recurso heurístico para desvelar conhecimentos que comumente não são legitimados nos espaços acadêmicos. A convergência teórico-metodológica destas abordagens se sustenta numa perspectiva crítica, decolonial, insurgente e transformadora reivindicada [e inventada] pelas pedagogias latino-americanas.

Dessa forma, implica escolhas metodológicas que vão além de instrumentos e técnicas de pesquisa, mas que envolvem epistemologias - fundadas na educação popular freireana e na pesquisa participante latinoamericana (BRANDÃO, 2020) - capazes de apreender de forma crítica as dinâmicas socioculturais e políticas dos territórios e de seus processos organizativos. Com isso imprime-se um fazer colaborativo e efetivamente participativo à prática de pesquisa, orientada pela horizontalidade de relações entre pesquisador e comunidade e, sobretudo, comprometida com a transformação radical da sociedade capitalista, em que pese os enfrentamentos ao racismo, sexismo, heteronormatividade, entre outras tantas formas de opressão edificadas historicamente e estruturantes na exploração capitalista.

Adentrar por estes caminhos em perspectiva crítico-problematizadora exige desvelar formas de opressões como parte da leitura do mundo, a qual Paulo Freire (1989) nos ensina que antecede a leitura da palavra - que neste caso são concebidas reflexões analíticas geradas na pesquisa-ação, processo que exige engajamento ao invés de neutralidade, aproximação, no lugar do distanciamento, autonomia em oposição à subalternidade, liberdade como renúncia à opressão (FREIRE, 1996; 2018; HOOKS, 2017).

Para tanto, recorreremos a experiência acumulada desse grupo com atividades de pesquisa e extensão com comunidades quilombolas, as quais nos permitem articular esta proposta com ações concretas nos territórios que respondem e dialogam com demandas da comunidade, algumas dessas iniciativas podem ser mencionadas como: O Projeto Territórios Criativos; o Projeto de Extensão de Educação Escolar Quilombola e o Projeto de Pesquisa e extensão Saberes populares no combate ao Covid-19, todos vinculados ao

Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiro. Dentre essas atuações a participação ativa das mulheres quilombolas se apresenta de forma central, contribuindo para que a pesquisa dialogue diretamente com o protagonismo dessas sujeitas na construção, preservação e nas lutas travadas pela comunidade.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua com a produção de tecnologias educativas e instrumentos organizativos que somem direta ou indiretamente na luta de mulheres quilombolas pela viabilização de direitos e políticas públicas e no fortalecimento coletivo destas mulheres, potencializando ações de geração de renda e cuidado individual e coletivo à saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléia. *Devir Quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na Escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Caminhos percorridos entre a educação popular e a pesquisa participante. In: SILVA, Andrerika Vieira Lima; PAULO, Fernanda dos Santos (orgs.) *Educação popular e pesquisas participativas*. 1.ed. – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020, pag. 7-18.

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, 29 de setembro de 2008.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CONAQ; TERRA DE DIREITOS (Org.). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 26 jan. 2021.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns* São Paulo:

Elefante, 2022.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)*. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claroenigma, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Sexismo e racismo da cultura Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana, 2018. p. 190-214.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. pp. 197-200, 2020a.
GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. pp. 158-173, 2020b.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2017.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: 2015.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Quilombos e lutas pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 272-298, 2020b.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *R. Katálisis*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro*

em ascensão social. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. (org.) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília Macdowell dos Santos, 2^a edição. RJ. Ed. Pallas/Criola, 2002.

,

,

,

,